

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do exercício quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Banco não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- **Hedge** de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- **Hedge** de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Filial não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o exercício de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do exercício.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no exercício. A majoração da alíquota à 20% aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as

taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas que estarão vigentes a partir de janeiro de 2019. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma integrada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia de "Value at Risk" histórico, simulação de stress, e limites estabelecidos pela Administração da Filial.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de stress, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Filial.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2018	2017
	Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	9.830	23.289
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.271.251	1.463.421
Total	4.281.081	1.486.710

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 4.121.213 (R\$ 1.237.281 em 2017) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2018		2017	
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo atualizado
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	95.281	-	95.281	95.204
	95.281	-	95.281	95.204
Vinculados à recompra				
Letras do tesouro nacional	127	-	127	127
	127	-	127	127
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do tesouro nacional	246.192	-	246.192	246.140
Cotas de fundos de investimento	19.078	-	19.078	19.078
	265.270	-	265.270	265.218
Total de títulos para negociação	360.678	-	360.678	360.549
Carteira própria de títulos mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	360.927	360.927	360.927
	-	360.927	360.927	360.927
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	360.927	360.927	360.927
Total geral	360.678	360.927	721.605	721.476

Títulos e valores mobiliários	2018		2017	
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo atualizado
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	837.083	-	837.083	833.777
	837.083	-	837.083	833.777
Vinculados à recompra				
Letras do tesouro nacional	642	-	642	641
	642	-	642	641
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do tesouro nacional	165.591	-	165.591	165.334
Cotas de fundos de investimento	22.230	-	22.230	22.230
	187.821	-	187.821	187.564
Total de títulos para negociação	1.025.546	-	1.025.546	1.021.982
Carteira própria de títulos mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	234.369	234.369	234.369
	-	234.369	234.369	234.369
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	234.369	234.369	234.369
Total geral	1.025.546	234.369	1.259.915	1.256.351

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Para constituição de provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures a Administração atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em dezembro de 2018, de acordo com este critério não houve provisão.

A carteira de debêntures encontra-se registrada na CETIP, atualmente B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), e custodiada em instituição financeira privada. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "hedge" de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- **Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
- **Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "hedge" de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário. Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2018			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado atualizado
Ativo - Negociação				
Swaps				
- Moeda estrangeira	-	13.375	5.620	18.995
Ativo - Mercado a termo				
- Moeda estrangeira	108.365	119.997	56.020	284.382
Totais por faixa de vencimento em 2018	108.365	133.372	61.640	303.377
Totais por faixa de vencimento em 2017	20.653	30.258	14.233	65.144
Passivo - Negociação				
Swaps				
- Moeda estrangeira	(24.348)	(8.190)	(33.307)	(65.843)
Passivo - Mercado a termo				
- Moeda estrangeira	(33.026)	(86.322)	(24.697)	(144.047)
Outros	(1.378)	-	-	(1.378)
Totais por faixa de vencimento em 2018	(58.752)	(94.512)	(58.004)	(211.268)
Totais por faixa de vencimento em 2017	(23.515)	(54.759)	(652)	(78.926)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

Contratos	2018			
	Futuros	Termo	Swap	Hedge
Negociação				
- Moeda estrangeira	2.114.613	15.970.293	1.138.389	-
- Taxa de juros	9.315.180	95.354	174.755	-
Hedge - risco de mercado				
- Taxa de juros	-	-	-	921.142
Total 2018	11.429.793	16.065.647	1.313.144	921.142
Total 2017	8.308.136	4.270.206	1.746.160	343.284

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 265.270 (R\$ 187.821 em 2017), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos e cotas de fundo de liquidação.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até julho de 2020. Os itens objeto de hedge são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até novembro de 2020, proporcionando a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado
Instrumento de hedge		
Futuros - DI	888.541	921.143
Objeto de hedge		
Operações de crédito	61.110	63.128
CDB	810.000	857.307

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos	2018	2017
Futuros	(4.798)	142.658
Swaps	(177.805)	(13.291)
Termo	384.903	(249.070)
Outros	(369)	58
Total	201.931	(119.645)

8 Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito	2018	2017
Setor privado		
Indústria	801.516	547.436
Comércio	341.867	-
Outros serviços	84.331	66.402
Pessoas físicas	62	14
Total (*)	1.227.776	613.852

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como *hedge accounting* no valor de R\$ 622 (R\$ 823 em 2017).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor privado	2018	2017
Indústria	1.627.217	1.106.507
Comércio	525.882	351.492
Outros serviços	167.866	128.575
Total	2.320.965	1.586.574

b) Nível de risco

Nível de risco	Valor da provisão		Valor da carteira		
	%	2018	2017	2018	2017
AA	0%	-	-	1.153.768	324.504
A	0,5%	745	3.127	148.970	626.116
B	1%	20.573	8.921	2.057.943	892.123
C	3%	3.276	970	109.199	32.331
E	30%	23.658	21.370	78.861	71.233
F	50%	-	127.059	-	254.119
Total		48.252	161.447	3.548.741	2.200.426

c) Vencimento

Vencimento	2018	2017
A vencer até 90 dias	847.425	364.823
A vencer de 91 a 360	1.840.599	1.306.736
A vencer acima de 360	860.717	274.748
Vencidas até 180	-	254.119
Total	3.548.741	2.200.426

d) Movimentação da provisão

Provisão	2018	2017
Saldo inicial	161.447	101.406
Constituição	64.808	1.035.030
Reversão	(178.003)	(974.989)
Saldo final	48.252	161.447

Em 31 de dezembro de 2018 existem operações renegociadas no montante de R\$ 273.801 (R\$ 325.352 em 2017).

Em 26 de fevereiro de 2018, foi celebrado contrato de cessão de operações de cédulas de crédito bancário em atraso no montante de R\$ 254.119. A cessão em sua totalidade foi realizada com parte não relacionada a Filial pelo montante de R\$ 138.812, cuja liquidação financeira ocorreu na data de 2 de março de 2018, gerando um resultado negativo de R\$ 115.307, apresentado nas Demonstrações do Resultado em "Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros".

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	8.370.158	571.622	7.710.599	120.111
Direitos sobre venda de câmbio	5.069.632	153.676	5.919.157	108.233
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	59.578	-	44.067	-
Total	13.499.368	725.298	13.673.823	228.344
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	5.121.477	184.098	6.084.502	120.494
Obrigações por compra de câmbio	8.314.930	572.951	7.461.664	108.233
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(2.261.387)	-	(1.542.507)	-
Total	11.175.020	757.049	12.003.659	228.727

10 Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	57.207	15.226	35.363	55.490
Impostos a compensar	14.747	5.040	21.558	4.962
Depósitos judiciais (Nota 15d)	-	110.838	-	104.737
Adiantamentos a funcionários e terceiros	7.490	-	400	-
Devedores diversos país	918	-	1.519	-
Total	80.362	131.104	58.840	165.189

11 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	2018				Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	
Depósito à vista	733	-	-	-	733
Depósito interfinanceiros	-	77.979	254.243	-	332.222
Depósito a prazo	-	126.598	1.508.661	69.734	1.704.993
Captações no mercado aberto	-	126	-	-	126
Total por faixas de vencimento em 2018	733	204.703	1.764.404	68.234	2.038.074
Total por faixas de vencimento em 2017	152	659.592	615.352	868.493	2.143.589

12 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 947.676 (US\$ 567.920 em 2017), a taxa de juros de até 8,4% ao ano e vencimentos até setembro de 2020, repasses do exterior, no montante de US\$ 177.745 que representa R\$ 688.619 (não houve em 2017), a taxa de juros de até 4% ao ano e vencimentos até agosto de 2020 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 388.034 (US\$ 125.216 em 2017) que representa R\$ 1.615.979 (R\$ 414.138 em 2017) com vencimentos até janeiro de 2019.

13 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	4.533	-	9.195	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	3.444
Impostos e contribuições diferidos	7.030	-	4.369	-
Total	11.563	-	17.008	-

14 Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	14.546	1.268	13.503	1.342
Provisão para contingências (Notas 15b e c)	-	55.498	-	64.161
Provisão para perdas com avais e fianças	55.725	512	20.101	1.498
Diversos	13.226	420	8.669	1.570
Total	83.497	57.698	42.273	68.571

15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) **Ativos contingentes:** em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) **Passivos contingentes:** a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

Trabalhistas	Baixas/Reversões			31/12/2018
	31/12/2017	Adições	31/12/2018	
	15.291	1.678	(14.344)	2.625
Total	15.291	1.678	(14.344)	2.625

Trabalhistas	Baixas/Reversões			31/12/2017
	31/12/2016	Adições	31/12/2017	
	10.964	5.331	(1.004)	15.291
Total	10.964	5.331	(1.004)	15.291

b.1) **Passivos contingentes classificados como perda possível:** a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 21.139 (R\$ 20.736 em 2017). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 11.766 (R\$ 11.129 em 2017). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.243 (R\$ 6.055 em 2017). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 5.999 (R\$ 5.853 em 2017). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 2.653 (R\$ 2.587 em 2017). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 8.734 (R\$ 7.217 em 2017).

c) **Obrigações legais:** representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão para Contingências" (Nota 14). As principais obrigações referem-se a processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 17.328 (R\$ 16.786 em 2017) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 23.533 (R\$ 22.630 em 2017). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) **Depósitos judiciais:** correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 25.285 (R\$ 24.316 em 2017), depósitos vinculados à Anistia R\$ 21.549 (R\$ 21.007 em 2017), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 24.373 (R\$ 23.389 em 2017), depósito judicial referente compensação

dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.790 (R\$ 5.578 em 2017), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.579 (R\$ 5.278 em 2017), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 11.766 (R\$ 11.129 em 2017), e PIS (08 a 12/2004) - glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB "sem finalidade de hedge", no montante de R\$ 3.058 (R\$ 2.886 em 2017). O saldo remanescente de R\$ 13.438 (R\$ 11.154 em 2017) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2018		2017	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Operações de crédito	2.705.313	-	91.498	1.588.634
Empréstimos do exterior	-	2.701.404	(84.466)	-
Total	2.705.313	(2.701.404)	91.498	1.588.634

O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 7.032 (R\$ 6.647 em 2017).

Não há operações ativas vinculadas em situação de inadimplência ou questionamento judicial, nem sobre os recursos entregues ou colocados à disposição nessas operações.

17 Patrimônio líquido

O capital social da Filial corresponde a R\$ 458.260, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos controladores da Filial.

Conforme Deliberação de 11 de janeiro de 2018, houve aprovação de aumento de capital no valor de R\$ 107.768 homologado pelo Banco Central em 29 de março de 2018. Sendo R\$ 36.016 referente a capitalização de juros de capital próprio e R\$ 77.152 de recursos oriundos da matriz.

18 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 72.433 (R\$ 90.853 em 2017).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	2018			
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Outras provisões temporárias	90.853	73.775	(114.498)	50.130
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	336.951	(321.043)	15.908
IR/CS diferido	-	10.094	(3.699)	6.395
Total	90.853	120.820	(372.524)	72.433

Créditos tributários diferidos	2017			
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Outras provisões temporárias	67.044	63.242	(39.433)	90.853
Total	67.044	63.242	(39.433)	90.853

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 7.030 (R\$ 4.369 em 2017).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	2018			
	Ano-calendário 2019	Ano-calendário 2020	Ano-calendário 2021	Ano-calendário 2022
	57.207	7.533	5.303	-
Ano-calendário 2023	-	-	-	2.390
Imposto de renda e contribuição social diferido	72.433	72.433	72.433	72.433

Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 65.887 (R\$ 79.403 em 2017), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos exercícios.

Apuração de imposto de renda e contribuição social

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações	39.655	39.655	(11.257)	(11.257)
(-) JCP	-	-	(36.019)	(36.019)
(-) Participações nos resultados	(1.320)	(1.320)	(2.120)	(2.120)
Resultado antes dos impostos ajustado	38.335	38.335	(49.396)	(49.396)
Adições ou exclusões temporárias	(78.553)	(78.553)	56.909	56.909
Ajuste contábil referente futuros	(10.090)	(10.090)	(6.561)	(6.561)
Ajustes MTM swap e título público	18.710	18.710	1.163	1.163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(79.734)	(79.734)	61.190	61.190
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	(14.738)	(14.738)	(3.652)	(3.652)
Provisão para gratificações	337	337	1.646	1.646
Outras adições e exclusões diversas	6.962	6.962	3.123	3.123
Adições ou exclusões permanentes	447	447	300	300
Base tributável	(39.771)	(39.771)	7.813	7.813
IR (alíquota de 15%) e CS (alíquota 20%)	-	-	(1.172)	(1.563)
Adicional de IR (alíquota de 10%)	-	-	(757)	-
Redução de imposto por incentivos	-	-	49	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Apuração de imposto de renda e contribuição social				
	2018		2017	
	Imposto de renda	Con-tribuição social	Imposto de renda	Con-tribuição social
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	(1.880)	(1.563)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(1.826)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(3.706)	(1.563)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	18.710	18.710	1.163	1.163
Provisões não dedutíveis temporariamente	(91.985)	(91.985)	67.775	(66.026)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	39.771	39.771	-	-
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	-	-	133.801
Outras diferenças temporárias	(10.588)	(10.588)	(6.561)	(6.561)
Base tributável diferida	(44.092)	(44.092)	62.378	62.378
Imposto de renda e contribuição social diferido	(11.023)	(6.539)	15.594	5.786
Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20% (*)	-	(3.519)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(11.023)	(10.058)	15.594	5.786

(*) Ajuste de crédito tributário da alíquota da CSLL, sobre as diferenças temporárias decorrentes das provisões em virtude da alteração da alíquota que ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2019 de acordo com a Lei nº 13.169/2015.

19 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/(passivo)				
	2018		2017	
	Grau de relação			
Depósito em moeda estrangeira	Controladora	7.701		18.339
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(733)		(152)
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(254.243)		(244.930)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

Ativo/(passivo)				
	2018		2017	
	Grau de relação			
Obrigações por operações comprometidas	Outras partes relacionadas	(126)		(641)
Empréstimos no exterior	Controladora	(5.594.589)		(1.876.533)
Outros créditos - câmbio	Controladora	10.513.592		12.260.747
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(10.528.882)		(12.232.386)
Receitas/(despesas)				
Resultado de câmbio	Controladora	(244.761)		10.255.255
Outras receitas operacionais	Outras partes relacionadas	314		314
Receita de Prestação de Serviços	Controladora	47.710		22.235
Despesas de operações comprometidas	Outras partes relacionadas	(56)		(453)
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(15.377)		(24.686)
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	(613.718)		127.040
Despesa com juros sobre o capital próprio	Controladora	-		(36.019)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 5.988 (R\$ 5.350 em 2017) de remuneração fixa, e de R\$ 2.734 (R\$ 2.878 em 2017) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

A Filial participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance Plan", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 1.048 (R\$ 710 em 2017), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

20 Despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2018	2017
Serviços prestados por parte relacionada	(13.669)	(7.515)
Serviços técnicos especializados	(8.617)	(3.906)
Processamento de dados	(7.336)	(6.696)
Aluguel	(3.250)	(2.534)
Serviços do sistema financeiro	(3.197)	(2.166)
Comunicação, publicações, promoções e relações públicas	(1.319)	(1.214)
Manutenção e conservação de bens	(918)	(1.428)
Depreciação e amortização	(707)	(663)
Despesas de transporte e viagem	(663)	(1.325)
Seguros, água, energia e gás	(581)	(574)
Serviços de terceiros	(512)	(923)
Outras despesas administrativas	(6.843)	(3.253)
Total	(47.612)	(32.197)

21 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 1.180.057 (R\$ 1.081.743 em 2017). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2018, o valor do índice de Basileia era de 18% (21% em 2017).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 1.094 (R\$ 929 em 2017).

d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 4.321 (R\$ 7.955 em 2017), variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 960 (R\$ 3.613 em 2017), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 1.600 (R\$ 982 em 2017) e outras rendas no valor de R\$ 1.850 (R\$ 4.607).

e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a atualizações de riscos fiscais no montante de R\$ 2.183 (R\$ 3.972 em 2017), provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no montante R\$ 1.652 (R\$ 1.811 em 2017) e provisão para garantias prestadas R\$ 34.638 (R\$ 22.280 em 2017).

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para lançarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8
<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>